



PARECER TÉCNICO

Abimael Pereira da Silva, Agente de Contratação nomeado pela Portaria nº 708/2023 no uso de suas atribuições e instado a emitir parecer técnico sobre a possibilidade da contratação direta por dispensa de licitação para **material de limpeza, itens de copa e cozinha, e material descartável para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social de Cortês/PE.** Após examinar os autos, verifiquei que consta no processo:

1. DO OBJETO:

Aquisição de **material de limpeza, itens de copa e cozinha, e material descartável para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social de Cortês/PE.**

2. DO PREÇO ESTIMADO:

O preço global estimado pela administração é de **R\$ 49.956,15 (quarenta e nove mil novecentos e cinquenta e seis reais e quinze centavos)**, conforme cotação de preços apensa aos autos.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Consta no Termo de Referência que as despesas decorrentes dessa aquisição correrão por conta da dotação orçamentária:

Poder: 02.00.00 – Poder Executivo

Órgão: 3000 – Entidades Supervisionada
3001 – Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade: 08122.1010.2104 – Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.

08122.1010.2106 – Programa de Âmbito estadual.

08247.8002.2117 – Aprimoramento da gestão do auxílio brasil e Cad. Única

08.244.8006.2122 – Aprimoramento da gestão do SUS- IGD/SUAS.

Elemento de despesas: 33.90.00.00 – Aplicações Diretas.

4. CONCLUSÃO

Em conformidade com art. 72, da Lei 14.133/2021, para formalização de processo de contratação direta deverá ser instruído dos seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;



- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão da escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço;
- VIII - autorização da autoridade competente.

Também deve a administração, observar o § 3º, do art. 75 que diz:

*“As contratações de que tratam os incisos I e II do **caput** deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.”*

Observamos constar nos autos, conforme abaixo:

- Documento de Formalização de Demanda (DED);
- Estimativa de Pesquisa de Preços através de 03 cotações de preços, conforme inciso IV, art. 23 da Lei 14.133;
- Termo de Referência;
- Declaração.

Diante do acima exposto, entendemos estar presentes os requisitos para que a contratação ocorra de forma direta, dispensando o processo licitatório, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021, ante a criteriosa análise desse Agente de Contratação de toda documentação acostada aos autos do processo que instruem o presente procedimento.

Cortês/PE, 10 de maio de 2024.


Abimael Pereira da Silva

Agente de Contratação